

HABEAS CORPUS Nº 638.405 - BA (2021/0000749-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : HORLAN REAL MOTA
ADVOGADO : HORLAN REAL MOTA - BA026171
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : MARIA JANAINA GOMES DOS SANTOS (PRESO)
PACIENTE : CLAUDIO RODRIGUES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MARIA JANAINA GOMES DOS SANTOS e CLAUDIO RODRIGUES DA SILVA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA.

O Tribunal local, em decisão rarefeita, ao denegar o pedido liminar formulado no *writ* originário de n. 8035815-09.2020.8.05.0000, manteve a segregação cautelar dos ora pacientes, decretada pela autoridade coatora da localidade, nos contornos do art. 310, inciso II, do CPP.

Consta dos autos a prisão em flagrante dos custodiados, em 31/08/2020, ulteriormente convertida em preventiva, decorrente de suposta prática - em concurso material heterogêneo - dos delitos capitulados nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/06.

Em suas razões, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a desarrazoada e não individualizada segregação processual dos pacientes, com condições pessoais favoráveis e por se a primeira de genitora responsável por menor impúbere e com menor participação na suposta empreitada criminosa, além de encontrar-se despida de fundamentação idônea e de efetivo embasamento empírico, não preenche - como *ultima ratio* e em homenagem aos postulados da presunção de inocência e da proporcionalidade - os requisitos autorizadores do cárcere guerreado, nos moldes dos arts. 282, § 6º; 312; 313, § 2º; e 315, todos do CPP.

Outrossim, assevera que a manutenção da prisão acautelatória dos increpados está em franco descompasso ao art. 4º, inciso I, da Recomendação CNJ n.º 62/2020, adstrita ao novo e periclitante contexto determinado pelo Covid-19.

Nesse panorama, roga o impetrante pela revogação da prisão preventiva alhures, expedindo-se em favor dos pacientes os respectivos alvarás de soltura e, na sequência, sejam-lhes concedida a liberdade provisória incondicionada ou, residualmente, mediante cominação de medidas cautelares

alternativas, não prisionais, *ex vi* dos arts. 316, *caput*, 319 e 654, § 2º, todos do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, a teor dos parcos elementos de convicção coligidos ao presente *writ*, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente